

NEOENERGIA RENOVÁVEIS S.A.

CNPJ nº 12.227.426/0001-61 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.



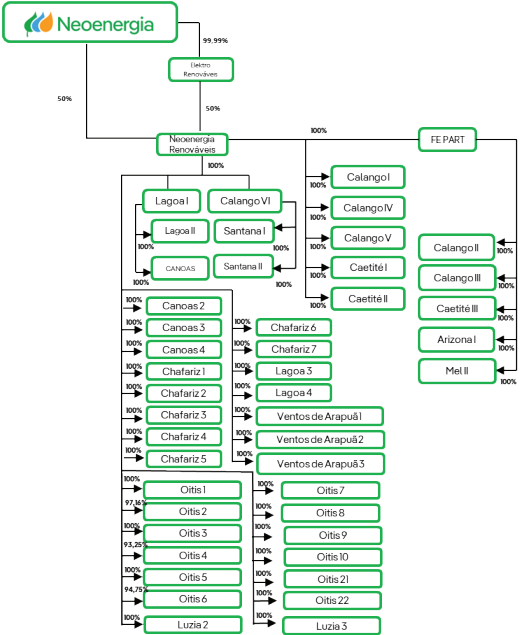
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados, Ao apresentar os resultados de 2025, a Neoenergia Renováveis S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética. Vamos em busca de novas conquistas em 2026, com a certeza de contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

1. NEOENERGIA RENOVÁVEIS

A Neoenergia Renováveis, da qual são acionistas a Neoenergia (50%) e a Elektro Renováveis (50%), atua nos segmentos de geração eólica e fotovoltaica. A companhia detém controle direto da FE PART, holding responsável pelos parques Calango II, Calango III, Caetité I, Arizona 1 e Mel II. Controla também os parques eólicos Calango VI (controladora dos parques Santana I e Santana 2) e Lagoa I (controladora dos parques Lagoa 2 e Canoas). Além dos Complexos Eólicos Chafariz e Otitis, do Complexo Fotovoltaico Luzia, bem como dos parques eólicos Calango I, Calango IV, Calango V, Caetité I e Caetité II, conforme ilustrado no esquema a seguir:



DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	3	1.426.628	1.032.028	98.556	-
Costos dos serviços	4	(1.017.445)	(553.064)	(24.658)	-
Custos com energia elétrica	5	(544.098)	(225.247)	(10.709)	-
Outros resultados financeiros, líquidos	5	(476.347)	(327.817)	(13.949)	-
Lucro bruto	409.183	478.564	73.898	-	-
Perda de crédito esperadas	9.1	7	(2)	-	-
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(83.153)	(93.440)	(82.089)	(78.142)
Equivalência Patrimonial	11	12.182	599	47.593	215.514
Resultado operacional	6	338.092	385.522	139.402	135.372
Resultado financeiro	6	(84.109)	(186.952)	36.364	7.330
Receitas financeiras		165.644	102.713	27.008	11.635
Despesas financeiras		(264.456)	(289.736)	(5.048)	(3.950)
Outros resultados financeiros, líquidos		14.703	71	14.404	(355)
Lucro antes dos tributos	254.110	198.570	175.766	142.702	-
Tributos sobre o lucro	7.1.1	(84.631)	99.827	(6.610)	155.695
Corrente		(84.432)	(62.553)	(1.051)	-
Diferido		(199)	162.380	(5.559)	155.695
Lucro líquido do exercício	169.479	298.397	169.156	298.397	-
Atribuível à:					
Acionistas controladores		169.156	298.397	169.156	298.397
Acionistas não controladores		323	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	818.485	893.629	61.615	61.294
Contas a receber de clientes e outros	9	228.544	176.764	10.685	-
Títulos e valores mobiliários	10	11.523	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		4	561	4	553
Tributos sobre o lucro a recuperar		4.853	3.341	2.992	1.635
Outros tributos a recuperar		2.920	1.158	74	3
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	11	11.078	-	199.710	209.695
Custo de compartilhamento de construção	18.1	-	-	56.886	57.023
Contas a receber de operações de mútuos	18.1	-	-	19.553	24.863
Outros ativos circulantes		46.898	6.494	40.963	26.473
Total do circulante		1.124.305	1.081.947	392.486	381.543
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	10	397.717	42.136	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		6.070	7	6.070	-
Tributos sobre o lucro a recuperar		12.428	3.966	6.838	1.318
Outros tributos a recuperar		2.419	599	2.188	429
Outros ativos não circulantes	7.1.2	236.551	231.654	155.226	155.695
Depósitos judiciais	16.1	18.194	5.343	5.138	202
Outros ativos não circulantes		3.989	-	1.196	-
Investimentos	11	64.357	25.419	4.163.951	3.548.730
Direito de uso	12	7.339.825	6.498.951	551.259	243.408
Imobilizado	15	51.829	15.012	31.910	8.717
Intangível		8.172.367	6.853.087	4.939.701	3.979.669
Total do não circulante		8.172.367	6.853.087	4.939.701	3.979.669
Total do ativo		9.296.672	7.935.034	5.332.187	4.361.212
Passivo					
Circulante					
Fornecedores e contas a pagar	13	216.094	149.411	18.927	17.967
Empréstimos e financiamentos	14	251.447	179.584	-	-
Passivo de arrendamento		12.989	9.991	7.941	9.118
Instrumentos financeiros derivativos		27	-	23	-
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar		11.464	14.491	9.303	12.841
Tributos sobre o lucro a recolher		11.587	9.519	-	-
Outros tributos e encargos setoriais a recolher		16.894	7.240	5.931	1.369
Dividendos e juros sobre capital próprio	17.2	33.154	70.869	33.151	70.869
Provisões e outras obrigações	15	38.972	19.268	4.395	-
Contas a pagar de operações de mútuos		26.062	44.396	-	-
Outros passivos circulantes		53.129	36.874	46.781	31.801
Total do circulante		984.819	641.793	126.452	143.965
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	2.952.478	2.891.955	-	-
Passivo de arrendamento		32.366	16.012	8.169	11.870
Outros tributos e encargos setoriais a recolher		1.586	-	1.586	-
Tributos sobre o lucro diferidos	7.1.2	24.917	19.268	-	-
Provisões e outras obrigações	15	127.337	149.948	18.064	792
Outros passivos não circulantes	16	18.913	2.769	17.781	2.028
Total do não circulante		3.157.637	3.060.684	70.567	14.690
Patrimônio líquido					
Atribuído aos acionistas da Companhia	17	5.135.168	4.202.557	5.135.168	4.202.557
Atribuído aos acionistas não controladores		19.048	-	-	-
Total do patrimônio líquido		5.154.216	4.202.557	5.135.168	4.202.557
Total do passivo e do patrimônio líquido		9.296.672	7.935.034	5.332.187	4.361.212

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Neoenergia Renováveis S.A. ("Companhia" ou "Neoenergia Renováveis"), antiga Força Eólica do Brasil S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 30 de novembro de 2011. A Companhia tem o objeto social a participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras assim como a prospecção de novos negócios e a atuação no mercado de geração e comercialização de energia elétrica, incluindo a prestação de serviços nessa área. As controladas da Neoenergia Renováveis (conjuntamente com a Neoenergia Renováveis, o "Grupo") são dedicadas primariamente à atividade de geração de energia elétrica. 1.1 **Eventos societários relevantes:** a) **Venda de participação minoritária:** Com o objetivo de viabilizar a implementação do modelo de autoprodução de energia elétrica a partir de fonte eólica, a Companhia estruturou a oferta de participação societária nas Sociedades de Propósito Específico (SPes) que compõem o Complexo Eólico de Otitis, formado por 12 parques eólicos e localizado no Estado do Piauí. Nesse contexto, foram realizadas as seguintes operações de alienação de participações societárias: • Em 8 de novembro de 2024, a Companhia firmou com a CCR S.A. (CCR) o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (CCVA), que assegurou à CCR o direito de adquirir ações ordinárias (ON), nominativas e sem valor nominal de classe B, correspondentes a: (i) 37,87% do total de ações ordinárias e 2,84% do capital social da controlada Otitis 2 Energia Renovável S.A.; (ii) 90,00% do total de ações ordinárias e 6,75% do capital social da controlada Otitis 4 Energia Renovável S.A.; e (iii) 89,96% do total de ações ordinárias e 5,25% do capital social da controlada Otis 6 Energia Renovável S.A. Em 28 de janeiro de 2025, ocorreu a implementação do CCVA, com o recebimento de R\$ 23 milhões, valor correspondente à alienação das ações. • Em 18 de julho de 2025, a Companhia firmou com Ambev S.A. (Ambev) o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (CCVA), que assegurou à Ambev o direito de adquirir ações ordinárias (ON), nominativas e sem valor nominal de classe B, correspondentes a: (i) 74,53% do total de ações ordinárias da controlada Otis 3 Energia Renovável S.A.; (ii) 74,53% do total de ações ordinárias Otis 5 Energia Renovável S.A.; e (iii) 74,53% do total de ações ordinárias da controlada Otis 7 Energia Renovável S.A. Em 11 de novembro de 2025, a Companhia recebeu o valor de R\$ 22,8 milhões, valor correspondente à alienação das ações. b) **Incorporação de ativos:** Após cumprimento dos termos e condições, estabelecidos no Protocolo e Justificação de Incorporação, firmado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de outubro de 2024, foram realizadas as seguintes operações: • Em 31 de janeiro de 2025, a Companhia concluiu a incorporação da Geração Cill S.A. (GER3), sociedade constituída com o objetivo de participar do Consórcio Empreendedor Cumbulá III. Após a operação, o consórcio passou a ser composto por Neoenergia Renováveis (60%) e Energética Cumbulá III (40%). Cabe destacar que, com essa incorporação, a Neoenergia Renováveis passou a deter 25% de participação na Energética Cumbulá III, sociedade que também conta com a participação da Neoenergia Brasília (NDB) e da Companhia Energética de Goiás (CELGO). • Em 26 de maio de 2025, a Companhia concluiu a incorporação das sociedades Força Eólica do Brasil I S.A. (FEBI) e Força Eólica do Brasil 2 S.A. (FEB2), ambas constituídas com a finalidade de participar em outras sociedades do segmento de geração de energia eólica. Com a incorporação da FEBI, a Neoenergia Renováveis passou a controlar diretamente os parques eólicos Calango 1, Calango 4, Calango 5, Caetité 1 e Caetité 2. Já com a incorporação da FEB2, a Neoenergia Renováveis assumiu o controle direto da FE Participações S.A., detentora dos parques eólicos Calango 2, Calango 3, Caetité 3, Arizona 1 e Mel 2. As operações tiveram como objetivo a reorganização societária, visando melhorar o direcionamento e governança sobre as atividades operacionais, otimização da estrutura de capital e gestão na captação de recursos, na alocação de capital e na distribuição de resultado, gerando ganhos de eficiência administrativa e econômico-financeira. Os patrimônios líquidos das empresas incorporadas foram avaliados com base em seus valores contábeis na data-base de 31 de agosto de 2024, conforme laudo de avaliação elaborado por empresa especializada. Os resultados da incorporação e consequência da operação, o capital social da Neoenergia Renováveis S.A. foi aumentado em R\$ 1.037.936.332,23, mediante emissão de novas ações, entregues aos sócios da Companhia na proporção de suas participações. As variações patrimoniais do Patrimônio Líquido verificadas nas empresas incorporadas, entre a data-base do Balanço do laudo e consumação da incorporação foram integralmente reconhecidos em outros acumulados da Companhia, totalizando uma perda no montante de R\$ 29.577.343,18. Todos os direitos e obrigações das empresas incorporadas foram transferidos para a Companhia, que passou a sucedê-las em seus ativos e passivos. Os efeitos patrimoniais da incorporação estão refletidos nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025, conforme abaixo:

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

A Neoenergia Renováveis é controladora direta de 33 parques eólicos e uma central geradora fotovoltaica. Em 2024, a Neoenergia Renováveis (antiga Força Eólica do Brasil) foi parcialmente cindida, transferindo parte de seu capital para Força Eólica do Brasil I S.A. e para Força Eólica do Brasil 2 S.A. Após a mencionada reorganização societária, a Força Eólica do Brasil I S.A. passou a controlar diretamente os parques eólicos Calango 1, Calango 4, Calango 5, Caetité 1 e Caetité 2; enquanto a Força Eólica do Brasil 2 S.A. passou a controlar a Força Eólica Participações S.A., que por sua vez é controladora dos parques eólicos Calango 2, Calango 3, Caetité 3, Arizona 1 e Mel 2. Em 2024, venceu mais dois leilões de energia e assumiu o compromisso de construir 6 novos parques, sendo 3 no Rio Grande do Norte (RN) - Calango 6 (50MW), Santana 1 (30MW) e Santana 2 (24MW), com compromisso de geração de 48,9MW médios pelo leilão A-3 de 2014, e 3 na Paraíba (PB) pelo Leilão A-5 de 2014 - Canoas (31,5MW), Lagoa 1 (31,5MW) e Lagoa 2 (31,5MW), com compromisso de 53,9MW médios. Esses Parques assinaram Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCeAR) com Distribuidoras de Energia Elétrica. Em 2017, venceu um leilão de energia e assumiu o compromisso de construir 9 parques que somam 294,3MW de potência, 151,5MW médios de garantia física e 141,7MW médios de energia vendida, cujo início de suprimento previsto no edital é de 01 de janeiro de 2022. Em 2018, assumiu o compromisso de comercializar no âmbito do mercado livre de energia 6 parques que somam 176,7MW de potência e 85,9MW médios de garantia física, cujo início de suprimento previsto será 01 de janeiro de 2022. Em 2019, foi aprovada a construção da totalidade do Complexo Eólico de Otis. O Complexo está localizado nos estados do Piauí e da Bahia com capacidade instalada de 566,5 MW e composto por 12 Parques Eólicos, dos quais dois deles (Otitis 1 e Otis 8) tiveram 30% de sua energia vendida no Leilão de Geração 003/2019 denominado "A-4" de 2019. Em 2020, assumiu o compromisso de comercializar no âmbito do mercado livre de energia sua primeira Central Geradora Fotovoltaica localizada no município de Santa Luzia (PB) que somam 149,3 MW de Potência. Com entrada em operação comercial no segundo semestre de 2022. Em 2021, segundo semestre, houve a antecipação das 15 edificações do projeto Chafariz. Em 2022, segundo semestre, já havia antecipação de 100% do projeto fotovoltaico Luzia e 75% do complexo Otis com conclusão em 2024, somando mais de 1TW em potência à carteira das renováveis. Em 2024, entrada de 100% de Otis em operação. Em maio/2025 foi deliberado em ata de Assembleia Geral Extraordinária a incorporação a da FEBI e FEB2 pela Neoenergia Renováveis S.A. A Neoenergia Renováveis S.A. consolida toda a carteira de projetos em desenvolvimento eólico e fotovoltaico do grupo.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados Econômico-Financeiros	R\$ mil ^(a)	2025	2024	Variação %
Receita Operacional Bruta		111.758	-	-
Receita Operacional Líquida		98.556	-	-
Lucro Operacional		139.402	135.371	2,98
EBITDA		162.058	152.302	6,41
Resultado Financeiro		36.364	7.330	396,10
Lucro Líquido		169.156	298.397	(43,31)
Margem Operacional (%)		141,44%	N/A	N/A
Margem EBITDA (%)		164,43%	N/A	N/A
Margem Líquida (%)		171,63%	N/A	N/A

^(a) Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Informações Patrimoniais	R\$ mil ^(a)	2025	2024	Variação %
Ativo Total		5.332.187	4.361.212	22,26
Patrimônio Líquido		5.135.168	4.202.557	22,19

^(a) Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

^(b) Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Notas	Capital Social	Reserva de transação com os sócios	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Atribuídos aos acionistas controladores	Atribuídos aos acionistas não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.955.032	-	845	23.043	11.029	-	212.608	4.202.557	-	4.202.557
Lucro do exercício	1.1	1.037.936	-	-	-	-	-	1.037.936	-	1.037.936
Aprovação de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	17.4	-	-	(770)	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido:										
Constituição de reservas de lucros	17.5	-	-	-	6.979	-	-	-	-	-
Remuneração aos acionistas	17.2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transação com os sócios:										
Venda de participação em controladas	4.992.948	2.595	75	30.022	-	-	-	2.595	20.411	23.006
Saldos em 31 de dezembro de 2025	3.955.032	2.595	(429)	8.123	62.442	88.219	98.479	5.135.168	19.048	5.154.216
Lucro em 31 de dezembro de 2023	3.955.032	2.595	(429)	8.123	62.442	88.219	98.479	4.113.387	19.048	4.133.387
Lucro do exercício	17.4	-	-	-	-	(51.413)	-	298.397	-	298.397
Aprovação de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	17.4	-	-	1.274	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido:										
Constituição de reservas de lucros	17.5	-	-	-	14.920	-	-	-	-	-
Remuneração aos acionistas	17.2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.955.032	-	845	23.043	11.029	-	212.608	4.202.557	-	4.202.557

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora			Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
	169.479	298.397	169.156	298.397	Caixa gerado pelas atividades operacionais	580.421	432.267	577.291	131.895
					Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
					Aquisição de imobilizado e intangível	(156.518)	(67.539)	(39.485)	(24.988)
					Aumento de capital	-	-	(7.000)	-
	326.269	252.772	22.656	16.930	Aplicação de títulos e valores mobiliários	(100.888)	(761)	-	-
	172	469	169	273	Resgate de títulos e valores mobiliários	81.729	1.512	-	-
	(12.812)	-	(147.593)	(213.514)	Venda de participação em controladas	23.006	-	23.006	-
	84.631	(99.827)	6.610	(155.695)	Operações de mútuo	7.352	-	-	-
	84.109	186.952	(36.364)	(7.330)	Caixa (consumido) gerado nas atividades de investimentos	(152.671)	(66.788)	(16.342)	16.841
					Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
	(10.997)	(19)	(269)	-	Captação de empréstimos e financiamentos	-	403	-	-
	41.327	(94.898)	(5.432)	(13.619)	Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(210.470)	(166.618)	-	-
					Depósitos em garantias	3.493	(5.022)	-	-
	(3.973)	783	(3.723)	1.691	Pagamento de principal - Arrendamentos	(9.915)	(12.262)	(9.536)	(12.186)
					Instrumentos derivativos recebidos, líquidos	-	(2)	-	-
	(31.950)	(18.970)	(4.008)	(2.327)	Remuneração paga aos acionistas	(424.761)	(139.632)	(423.711)	(139.632)
	64.124	35.939	(1.326)	382	Operações de caixa	(7.357)	10.195	-	-
	(46.898)	(9.378)	28.873	96.724	Caixa consumido nas atividades de financiamentos	(659.010)	(322.004)	(483.247)	(151.818)
	664.111	552.220	28.479	21.912	(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(231.260)	43.477	(72.298)	(3.082)
	2.873	-	327.380	100.111	- Caixa e equivalentes no início do exercício	893.629	850.152	61.294	64.376
	(172.260)	(171.91)	-	-	- Caixa e equivalentes no fim do exercício	15.116	72.619	61.294	64.376
	(5.645)	(2.694)	-	-	- Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	818.485	893.629	61.615	61.294
			1.656	7.101	Transações que não envolveram caixa:				
	(65)	588	(64)	601	Provisão para desmantelamento	103.910	13.715	-	-
	167.199	103.390	25.662	5.888	Provisão ambiental	15.486	6.871	-	-
	(5.591)	(4.483)	(2.681)	(3.718)	Provedores e contas a pagar (investimento)	-	91.809	-	-
	(65.201)	(44.841)	(3.411)	-					

de *hedge*, o risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; • Instrumentos não-divida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial; • Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contrair operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação tanto a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; • A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de *hedge*, assim como não é permitida a contratação de derivativos 'exóticos' ou 'alavancados'. A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas sucessivas mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantêm posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de taxa de câmbio	Instrumentos financeiros que não são denominados em BRL	Operações a termo
Risco de taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando ao CDI.	Gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de <i>commodities</i> metálicas e energia elétrica, e custos de produtos.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes às projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Recebíveis, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos <i>covenants</i> financeiros da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das Diretrizes de Riscos Financeiros e de Crédito. **Risco de taxa de câmbio:** A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e o fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2025, operações de *hedge* cambial, para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de *hedge* cambial estão descritas na nota 19.7. **Risco de taxas de juros e índices de preços:** Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preço, tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externos (ex: CDI, TULP, ILTP, IPCA e IGP-M, dentre outros). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros divida, rendimentos das aplicações financeiras que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. A Companhia monitora continuamente as taxas de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. **Risco de preço de commodities:** Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das *commodities* que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais. *Commodities* metálicas: variações nos preços de *commodities* metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de infraestrutura, resultante no aumento de preço nos contratos dos fornecedores, implicando em maior necessidade de caixa para honrar os compromissos assumidos pela Companhia. *Commodities* energéticas - Energia elétrica: os preços das *commodities* energéticas são influenciados por fatores específicos dos negócios de geração de energia elétrica como demanda e oferta, hidrologia, gás, recursos eólicos e solares, além da entrada ou atraso de novos projetos na matriz energética. As variações nos preços de *commodities* energéticas podem causar perda potencial de margem e/ou valor. **Risco de Liquidez:** O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pelo negócio busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. A Companhia gerencia o risco de liquidez alocando o fluxo de caixa em aplicações financeiras de liquidez diária e mantendo adequadas reservas de recursos, além da capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantém recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários, em montante adequado à cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos (veja nota 14). **Risco de solvência:** O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na perda da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo de dívida e na liquidez. **1.3.2 Gestão do risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou "non performance" de contrapartes. **Risco de crédito de contrapartes comerciais:** O risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico, quando aplicável. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites. **Risco de inadimplência:** A Companhia realiza operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Diretriz de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito (*rating*). É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2025.

<i>atings de longo prazo em escala nacional</i>	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	AAA	-	AAA
BNDES	AAA	AAA	AAA
Bradesco	AAA	AAA	AAA
Citibank	-	AAA	AAA
HSBC	-	AAA	-
Itaú	AAA	AAA	AAA
Santander	AAA	AAA	-

1.3.3 Risco regulatório: Ambiente Regulatório: A Companhia está sujeita a aplicação de penalidades regulatórias caso ocorra descumprimento das obrigações inseridas nas resoluções emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Os procedimentos, parâmetros e critérios para a imposição de penalidades aos agentes do setor de energia elétrica e as diretrizes gerais da fiscalização da Agência, estão previstos na Resolução Normativa nº 846/2019, podendo a multa atingir até 2% da receita operacional líquida da Companhia, a depender da infração cometida. **1.3.4 Risco associados à geração de energia:** A energia comercializada pela Companhia depende das condições hidrologias dos reservatórios e variações do recurso eólico, impactado por condições climáticas. Além da variabilidade do recurso, a Companhia pode estar exposta a riscos associados à redução da capacidade de geração por *curtailment* (restrições de geração por fatores externos à indisponibilidade operacional, que podem comprometer as projeções de geração do negócio. **1.3.5 Seguros:** A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Consolidado
Terrorismo	01/06/2025 a 01/06/2026	626,25
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2025 a 31/05/2026	36,000
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2025 a 31/05/2026	44,000
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2025 a 31/05/2026	1.300.000
Veículos - Operacional	31/05/2024 a 31/05/2026	1.000
Empresarial	30/06/2026	Valor equipamento

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia (demonstrações financeiras) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *IFRS Accounting Standards (IFRS Accounting)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos. Na preparação dessas demonstrações financeiras, as controladas são consolidadas a partir da data em que a Companhia assume o controle até a data em que o controle cessa. Todas as transações entre a Neoenergia Renováveis S.A. e suas controladas diretas e indiretas são eliminadas integralmente. A participação da Companhia nos resultados dos investimentos em coligadas estão incluídos nas demonstrações a partir da data em que a influência significativa ou controle conjunto começa, até a data em que cessa influência ou controle significativo. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, em 06 de março de 2026. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. O real brasileiro é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. Ganhos e perdas cambiais pela atualização de ativos e passivos são reconhecidos imediatamente no resultado. **2.3 Políticas contábeis materiais e estimativas críticas:** As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicadas às estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis materiais são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo reveridas periodicamente pela Administração. Os resultados finais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
3.2	Receita de fornecimento de energia e venda de energia na CCEE
7.1.2	Tributos sobre o lucro diferidos
9.2	Perdas de crédito esperadas (PCE)
12.1	Imobilizações financeiras com características contingentes
15.2	Provisões e outras obrigações

2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes: Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes: **a) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2025:**

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223/ OCOP 10: Créditos de Carbono (ICOCs), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CDBO)	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (ICOCs), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CDBO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Consequentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva

A Companhia não identificou impactos relevantes na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

b) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2026:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros/	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes; e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG).	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas - operacionais, de investimento e de financiamento - para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais finais, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais dorão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027, aplicação retrospectiva
IFRS 19: Subsidiárias sem responsabilidade	IFRS 19 simplifica as exigências de divulgação de entidades que são subsidiárias de entidade responsável pública, permitindo que estas utilizem as <i>IFRS Accounting Standards</i> para fins de reconhecimento e mensuração, mas com requisitos de divulgação reduzidos. Essa norma se aplica somente às entidades que: (i) sua controladora não considera as informações como a <i>IFRS 10 Consolidated Financial Statements</i> e disponibiliza a demonstração financeira consolidada para o público geral, e (ii) a entidade não possui títulos e valores mobiliários sendo negociados em mercado, seja bolsa ou balcão.	01/01/2027

A Companhia espera impactos substanciais na apresentação da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18. A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este normativo em suas demonstrações financeiras.

Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

NEOENERGIA RENOVÁVEIS S.A.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado	Controladora
	2025	2024
Fornecimento de energia	1.469.750	1.050.967
Clâmara de Comercialização de Energia - CCEE	46.520	29.046
Outros	2.266	879
Receita operacional bruta	1.516.270	1.083.281
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.1)	(89.642)	(51.253)
Receita operacional líquida	1.426.628	1.032.028
3.1 Deduções de receita bruta	89.642	51.253

	Consolidado	Controladora
	2025	2024
Tributos	(12.230)	-
Imposto sobre circulação de Mercadorias - ICMS	-	-
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(68.563)	(45.004)
	(89.793)	(10.807)

	Consolidado	Controladora
	2025	2024
Encargos setoriais	(8.849)	(6.249)
Taxa de fiscalização serviço de energia elétrica - TFSEE	(6.249)	(2.395)
	(8.849)	(6.249)
Total	(89.642)	(51.253)

3.2 Política contábil material e julgamento crítico: **a) Política contábil material:** A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como retrocessos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A Companhia vende a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores. A receita de operação baseada em venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças (PLD). **b) Estimativas e julgamento crítico:** Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da extra retirada do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da taxa básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, além do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do *Generation Scaling Factor* (GSF) de acordo com as informações disponibilizadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado	Controladora
	2025	2024
Compra para revenda	(309.064)	(102.380)
Energia adquirida no ambiente de contratação livre - ACL	(125.289)	(37.556)
Energia curto prazo - PLD ⁽¹⁾	(854)	(494)
Subtotal	(435.207)	(140.430)
Créditos PIS e COFINS	807	25
Total	(434.400)	(140.605)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão	92.515	(79.759)
Encargos de rede básica	(3.037)	(2.100)
Encargos de conexão	(2.027)	(3.272)
Encargos de uso do sistema de distribuição	(107.579)	(85.131)
Subtotal	(106.698)	(84.642)
Créditos de PIS e COFINS	(541.098)	(225.247)
Total	(541.098)	(225.247)

(1) PLD - Preço de Liquidação de Diferenças.

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado	Controladora
	2025	2024
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	(11.455)	(45.815)
Custos de operação	(126.188)	(155.944)
Subtotal	(137.643)	(201.759)
Depreciação e amortização	(31.191)	(15.078)
Impostos, taxas e contribuições	(308)	(1.644)
Outras receitas e despesas, líquidas ⁽¹⁾	(27.205)	9.140
Total	(476.347)	(83.153)

	Consolidado	Controladora
	2025	2024
Pessoal e benefícios a empregados	(11.455)	(45.815)
Atualização de provisão	(126.188)	(155.944)
Depreciação e amortização	(31.191)	(15.078)
Impostos, taxas e contribuições	(308)	(1.644)
Outras receitas e despesas, líquidas ⁽¹⁾	(27.205)	9.140
Total	(476.347)	(83.153)

	Consolidado	Controladora
	2025	2024
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	(11.455)	(45.815)
Custos de operação	(126.188)	(155.944)
Subtotal	(137.643)	(201.759)
Depreciação e amortização	(31.191)	(15.078)
Impostos, taxas e contribuições	(308)	(1.644)
Outras receitas e despesas, líquidas ⁽¹⁾	(27.205)	9.140
Total	(476.347)	(83.153)

	Consolidado	Controladora
	2025	2024
Pessoal e benefícios a empregados	(11.455)	(45.815)
Atualização de provisão	(126.188)	(155.944)
Serviços de terceiros	(5.333)	(25.268)
Depreciação e amortização	(7.983)	(14.673)
Impostos, taxas e contribuições	(62)	(679)
Outras receitas e despesas, líquidas ⁽¹⁾	(571)	(4.208)
Total	(13.949)	(82.089)

(1) Refere-se a seguros, vigiância a serviço, arrendamentos, entre outros.

6. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado	Controladora
	2025	2024
Receitas Financeiras	167.199	103.390
(-) Tributos sobre receita financeira	(2.659)	(1.145)
Atualização de depósitos judiciais	1.077	422
Outras receitas financeiras	13	46
Total	165.644	102.713

	Consolidado	Controladora
	2025	2024
Despesas Financeiras	(264.855)	(260.396)
Encargos sobre instrumentos de dívida ⁽¹⁾	(264.855)	(260.396)
Atualização de provisão	(20.621)	(20.672)
Outras despesas financeiras ⁽²⁾	(264.656)	(289.734)
Total	(264.656)	(289.734)

Outros resultados financeiros, líquidos

Atualização de provisão (9) (5) (9) (5)

Ganhos com instrumentos financeiros derivativos 5.909 14 5.909 14

Perdas com variações cambiais e monetárias (915) (535) (652) (426)

Ganhos com variações cambiais e monetárias 9.718 643 9.136 108

Total **14.703** **(18.956)** **14.703** **(18.956)**

Resultado financeiro líquido

(1) Inclui a parcela variável dos juros relacionada a indexadores de preço sobre dívida no mercado nacional (IPC-A, IGP-M e outros) e amortização de custos de captação; (2) Em 2025 ocorreu a reavaliação da atualização de desmantelamento, no valor de R\$ 34.973, nas controladas da Companhia; (3) Inclui juros sobre passivo de arrendamento, comissão de anúncio BNDES, ICF, entre outros.

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS

7.1 Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda (IRPJ) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (LRA) e CSLL. A Companhia considera as compensações de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. **7.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	Consolidado	Controladora
	2025	2024
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	254.110	198.570
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(86.397)	(67.514)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:	2.200	475

	Consolidado	Controladora
	2025	2024
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	2.200	-
Incentivos fiscais	9	-
Resultado de participações societárias	4.142	50.275
Diferença de presunção de base do lucro presumido	(7.316)	35.621
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	2.621	133.332
Atualização SELIC de indómitos tributários	165	-
Outras adições (reversões)	(65)	(1.612)
Tributos sobre o lucro	(84.631)	99.827
Alíquota efetiva	33%	50%
Corrente	(84.632)	(62.553)
Diferido	(199)	162.380
Total	(84.831)	99.673

7.1.2 Tributos diferidos ativos e passivos: Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	Consolidado	Controladora
	2025	2024
Prejuízo fiscal (inclui base negativa)	208.852	179.677
Diferenças temporárias:		
Provisão para processos judiciais	1.311	889
Provisões ambientais, para desmantelamento e ressarcimento	20.960	7.114
Perdas estimadas de créditos - Contas a receber	(1)	(1)
Arrendamentos capitalizados	3.264	3.169
PLR	2.723	2.714
Depreciação acelerada	(16.618)	-
Valor justo de instrumentos financeiros	(5.088)	-
Risco hidrologico (GSF)	(5.819)	-
Total	21.884	231.654
Ativo não circulante	236.551	231.654
Passivo não circulante	(24.967)	-

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Consolidado	Controladora
	2025	2024
Saldo em 31 de dezembro de 2024	231.654	155.695
Incorporação de ativos (nota 11)	-	(19.877)
Efeitos reconhecidos no resultado	4.891	(5.090)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	(5)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	236.551	155.622
Saldo em 31 de dezembro de 2023	162.580	155.695
Efeitos reconhecidos no resultado	-	-
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	(5)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	231.654	155.695

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção dos lucros tributáveis futuros. Em 31 de dezembro de 2025, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos reconhecidos está apresentada como segue:

	Consolidado	Entre 2030 e	Entre 2035 e
	2027	2034	2039
Ativo fiscal diferido	3.503	7.227	67.332
Efeito líquido	3.503	7.227	67.332

NEOENERGIA RENOVÁVEIS S.A.

	Centrais de hidroelétricas	Construções e terrenos	Outros	Ativos em construção	Total
	2,00%	0,00%	2,86%	-	-
	16,70%	4,00%	25,00%	-	-

Taxa de depreciação a.a.					
Saldos em 31 de dezembro de 2024					
Incorporação de ativos (nota 1.1)	191.105	55.075	21.246	221.935	243.408
Adições	-	-	-	38.242	29.560
Capitalização de gastos	-	-	-	12.357	12.357
Baixas	-	-	(139)	-	(139)
Depreciação	(5.841)	(485)	(4.083)	-	(10.409)
Transferências entre classes	(720)	1.360	15.567	(9.806)	12.391
Transferências - outros ativos ⁽¹⁾	-	-	(138)	(1.916)	(12.054)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	178.005	56.635	43.931	272.688	551.259
Custo	265.555	63.232	62.579	272.688	664.054
Depreciação acumulada	(87.550)	(6.597)	(18.648)	-	(112.795)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	712	712	233.762	242.254	13.709
Adições	-	-	13.709	-	13.709
Capitalização de gastos	-	-	12.046	-	12.046
Baixas	-	-	(187)	(64)	(251)
Depreciação	-	(27)	(4.300)	-	(4.327)
Transferências entre classes	-	-	17.513	(7.513)	-
Transferências - outros ativos ⁽¹⁾	-	-	(20.005)	(20.005)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	685	20.788	221.935	243.408	505.116
Custo	850	55,67	221.935	255,932	533,584
Depreciação acumulada	(165)	(12,379)	-	(12,524)	-

(1) Refere-se a transferências de custos para o Parques Eólicos. Adicionalmente houve uma movimentação de transferências entre intangível e Imobilizado.

12.1 Política contábil material e julgamentos críticos: a) **Política contábil material:** A Companhia classifica no imobilizado os ativos tangíveis, com vida útil definida de longa duração, vinculada às operações cujo preço ou tarifa não é controlada pelo poder concedente. Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição e os custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação (incluindo encargos financeiros), bem como, quando aplicável, a estimativa dos custos com desmontagem do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*). A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram identificadas provisões de ativos com custos registrados em montante superior aos seus valores de recuperação. Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e são capitalizados. Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. b) **Estimativas e julgamentos críticos:** Para os parques eólicos, a Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais que representam as vidas úteis estimadas dos bens, estimadas pela Administração da Companhia. De modo geral, a vida útil da obra civil das torres dos aerogeradores dos parques eólicos possuem 25 anos para as partes móveis e 40 anos para as partes fixas, limitado ao prazo da outorga de operação do parque eólico. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica dos ativos de cada unidade geradora. Para centrais hidroelétricas, a Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras em vidas úteis estimadas dos bens. Os investimentos iniciais nos ativos de geração cujas usinas possuem concessão do serviço público são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela ANEEL, limitadas ao prazo da concessão das usinas, quando não passíveis de indenização. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação (*impairment*) destes ativos, quando aplicáveis.

13. FORNecedores e Contas a Pagar

A composição do saldo de fornecedor é como segue:

	Consolidado	Controladora
	2025	2024
Energia elétrica	42.448	750
Encargos de uso da rede	16.056	7.288
Materiais e serviços	113.141	94.724
Total	216.094	149.411

14. EMPRÉSTIMOS e FINANCIAMENTOS

14.1 Divida líquida: A Companhia avalia a divida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo. A divida líquida é composta como segue:

	Consolidado	Controladora
	2025	2024
Agências de fomento	3.141.477	2.987.304
Mercado de capitais	62.448	1.151
Empréstimos e financiamentos⁽¹⁾	3.203.925	3.071.539
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 10)	(818.485)	(893.629)
(-) Títulos e valores mobiliários (nota 8)	(409.240)	(42.136)
Divida líquida	1.976.200	2.135.774

(1) No balanço patrimonial a Companhia apresenta os empréstimos e financiamentos líquidos dos depósitos em garantias vinculados às dividas. Esta apresentação não representa uma transferência de risco em razão da única forma de realização desses fundos exclusivos serem para amortização dessas dividas.

14.2 Empréstimos e financiamentos: As dividas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de agências de fomento e mercado de capitais (debêntures), principalmente denominadas em Real Brasileiro ("R\$").

a) **Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros**

	Consolidado	Controladora
	2025	2024
Denominados em R\$	3.298.364	3.151.955
Indenizados a taxas flutuantes	3.298.364	3.151.955
(-) Depósitos em garantia	(261.581)	(261.581)
(-) Custos de transação	(19.587)	(21.774)
Passivo circulante	3.203.925	3.071.539
Passivo não circulante	251.447	179.584
Em 31 de dezembro de 2025, o custo médio da divida por percentual é o seguinte:	2.952.478	2.891.955

	Consolidado	Controladora
	2025	2024
Custo médio em % CDI ⁽¹⁾	77,04%	90,30%
Custo médio em taxa pré	8,56%	9,80%
Saldo da divida	3.203.925	3.071.539

(1) A taxa considera o saldo médio da divida de 13 meses e o resultado da divida acumulado e o CDI médio dos últimos 12 meses.

b) **Fluxo de pagamento futuros de divida:** A Companhia busca estruturar sua divida em consonância com o ciclo financeiro de seus negócios, observando as peculiaridades de cada subsidiária e as características de suas concessões e autorizações. Os fluxos de pagamentos futuros da divida de principal e juros são os seguintes:

	Principal ⁽¹⁾	Juros ⁽¹⁾	Total
2026	250.276	167.691	417.967
2027	256.806	155.250	412.056
2028	224.515	141.945	396.458
2029	241.381	127.449	368.830
2030	224.046	116.444	340.490
Entre 2031 a 2035	1.049.903	437.440	1.487.343
Entre 2036 e 2040	991.015	249.805	1.240.820
2041 em diante	59.946	19.584	79.530
Total	4.007.786	1.447.012	5.454.798

(1) O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré e Pós) em vigor em 31 de dezembro de 2025 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025, o prazo médio do vencimento do endividamento da Companhia é de 8,83 anos (10,44 em 31 de dezembro de 2024).

c) **Reconciliação da divida com os fluxos de caixa e outras movimentações**

	Consolidado	Controladora
	2025	2024
Saldo inicial do exercício	3.071.539	3.142.967
Incorporação de ativos (nota 1.1)	249.560	-
Efeito no fluxo de caixa:		
Amortizações	-	403
Amortizações de principal	(210.476)	(166.018)
Pagamento de encargos de principal	(177.260)	(171.911)
Aplicação (resgate) dos depósitos em garantia	3.493	6.302
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	267.063	260.362
Saldo final do exercício	3.203.925	3.071.539

a) **Condições restritivas financeiras (Covenants):** Em 31 de dezembro de 2025, algumas Controladas da Neoenergia Renováveis possuem 100% dos seus contratos de dividas com covenants. Seus principais covenants obrigam a manter certos índices, como o Índice de Cobertura do Serviço da Divida, Índice de Capitalização, Divida líquida sobre o EBITDA (LAJIDA - Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) e EBITDA líquido sobre o Resultado financeiro.

As Controladas não identificaram nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Abaixo seguem os principais parâmetros e as medições estimadas em geral.

	Limites contratual inferior ⁽¹⁾	Medição ⁽²⁾ em 31/12/2025	Medição ⁽²⁾ em 31/12/2024
Controladas			
ICSD Lagoa 1	≥ 1,2	1,25	1,51
ICSD Lagoa 2	≥ 1,2	1,44	1,67
ICSD Lagoa 3	≥ 1,2	1,44	1,21
ICSD Complexo Chafariz - ACR ⁽³⁾	≥ 1,3	2,00	2,27
ICSD Complexo Chafariz - ACL ⁽⁴⁾	≥ 1,3	2,16	2,55
ICSD Consolidado FE Participações	≥ 1,3	5,31	4,04
ICSD Lagoa 1	≥ 1,3	5,23	4,75
Índice de capitalização Calangano 1	≥ 20,0%	50%	50%
ICSD Calangano 4	≥ 1,3	4,66	3,92
Índice de capitalização Calangano 4	≥ 20,0%	49%	49%
ICSD Calangano 5	≥ 1,3	5,39	4,73
Índice de capitalização Calangano 5	≥ 20,0%	45%	48%
ICSD Caetité 1	≥ 1,3	5,25	4,48
Índice de capitalização Caetité 1	≥ 20,0%	61%	59%
ICSD Caetité 2	≥ 1,3	6,74	7,65%
Índice de capitalização Caetité 2	≥ 20,0%	71%	69%
Consolidado Neoenergia S.A			
Divida líquida + EBITDA	≥ 4,0	3,41	3,45
EBITDA + Resultado financeiro	≥ 2,0	2,46	2,51

(1) Cada contrato de divida prevê cláusulas específicas de composição dos indicadores que serão medidos e o respectivo período de apuração. Os índices apresentados são referentes ao menor nível de cada indicador observado entre todos os contratos de dividas das Controladas; (2) Índices gerais calculados pelas informações apresentadas nas demonstrações financeiras das Controladas e da Neoenergia S.A.; (3) Complexo Chafariz ACR refere-se às empresas Chafariz 1, Chafariz 2, Canoas 2, Canoas 4, Lagoa 3 e Lagoa 4. O covenant é apurado no consolidado do projeto Chafariz; (4) Complexo Chafariz ACL refere-se às empresas Chafariz 4, Chafariz 5, Canoas 3, Ventos 1, Ventos 2 e Ventos 3. O covenant é apurado no consolidado do projeto Chafariz. A Companhia possui covenants não financeiros, que não serão cumpridos e atestados a mesma periodicidade dos covenants financeiros. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não foram identificados nenhum descumprimento de covenants não financeiros que ensejassem vencimento antecipado de suas operações financeiras. e) **Política contábil material:** As dividas e os outros passivos financeiros são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos de juros. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação.

Os juros dos instrumentos financeiros passivos são capitalizados como parte do imobilizado ou intangível se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Os juros de empréstimos e financiamentos não reconhecidos são reconhecidos no resultado no período que foram incorridos.

15. PROVISÕES, OUTRAS OBRIGAÇÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Consolidado	Controladora
	2025	2024
Provisões para processos judiciais (nota 15.1.a)	24.969	17.932
Provisão para obrigações ambientais	29.393	18.244
Provisão para obrigações para desmantelamento de ativos (nota 15.2)	42.580	120.900
Provisões ressarcimentos (nota 15.3)	382.357	127.247
Passivo circulante	479.299	269.166
Passivo não circulante	351.972	42.435
Total	1.273.227	1.499.644

15.1 Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais a) Provisão para processos judiciais: A Companhia é parte envolvida em ações civis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais. Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	Consolidado	Controladora
	2025	2024
Provisões civis	974	-
Provisões trabalhistas	1.712	1.801
Provisões fiscais	40	-
Total	2.726	1.801

Saldos em 31 de dezembro de 2024

Incorporação de ativos (nota 1.1)

Adições e reversões, líquido

Atualização monetárias

Saldos em 31 de dezembro de 2025

Saldos em 31 de dezembro de 2023

Adições e reversões, líquido

Atualização monetárias

Saldos em 31 de dezembro de 2024

Dentre os processos relevantes cujo risco de desembolso futuro é considerado provável destacamos: (i) Processos civis: Referem-se principalmente a ações que versam sobre demandas fundiárias relacionadas aos imóveis atingidos pelo empreendimento Consórcio Empreendedor Corumbá III, bem como ação indenizatória com pedido de tutela antecipada. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescido de juros de 1% a.a. b) **Passivos contingentes:** Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	Consolidado	Controladora
	2025	2024
Processos civis (i)	26.551	5.889
Processos trabalhistas	1.144	144
Processos fiscais (ii)	72.594	18.070
Total	100.279	67.137

Os processos relevantes cuja probabilidade de desembolso futuro é considerada possível são conforme segue: (i) Processos civis: Refere-se principalmente a ação de resolução contratual de arrendamento com perdas e danos, cobrança e reintegração de posse e tutela, bem como ação indenizatória. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescido de juros de 1% a.a. (ii) Processos fiscais: Referem-se principalmente a autos de infração fiscal sobre suposto não recolhimento e/ou recolhimento a menor da taxa de licença (alvará de funcionamento) e não recolhimento de ISS sobre contratos de forneci-

mento de materiais e serviços para construção dos parques eólicos. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC. c) **Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados.

	Consolidado	Controladora
	2025	2024
Processos civis	11.008	3.208
Processos fiscais	4.586	5.015
Total	18.194	5.343

Os depósitos judiciais foram atualizados monetariamente pela taxa Selic, para os processos fiscais, e a taxa TR mais 0,5% a.a. para os demais processos. **15.2 Política contábil material e julgamentos críticos:** a) **Política contábil material:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. (i) **Provisão para litígios e passivos contingentes:** O valor relacionado à parcela principal da provisão litígio é reconhecido no resultado operacional ou imobilizado/ intangível em função da correlação direta das operações da Companhia e os encargos financeiros são reconhecidos no resultado financeiro. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. (ii) **Provisão para desmantelamento e ambiental:** As provisões para desmantelamento e ambiental são decorrentes do valor presente dos fluxos estimados para o cumprimento das obrigações relacionadas e seu reconhecimento inicial é em contrapartida ao ativo imobilizado e as condicionantes ambientais subsequentes derivadas da renovação das licenças são reconhecidas em contrapartida ao ativo intangível, como concessões. O efeito do valor do dinheiro no tempo é reconhecido no resultado do exercício, como resultado financeiro. O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento do parque eólico e solar, e o término das licenças ambientais da usina hidroelétrica, de cujos potenciais cobertos por seguros ou indenizações não são abatidos do montante provisionado. (iii) **Provisão para ressarcimento:** A provisão de ressarcimento é reconhecida em contrapartida o resultado do exercício, como receita líquida. b) **Estimativas e julgamentos críticos: (i) Provisão para litígios e passivos contingentes:** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros. (ii) **Provisão para desmantelamento:** É necessário o julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração das obrigações para desmantelamento dos parques eólicos e solares, conforme estudo do mercado de energia eólica e solar, levando em consideração a quantidade de MW total implantada no empreendimento, tais como, taxa de juros, custo de fechamento e a vida útil do ativo considerando o estágio atual de depreciação. Qualquer alteração nessas premissas pode afetar significativamente o valor do passivo reconhecido. Essa estimativa é reavaliada anualmente de acordo com os fluxos de caixa estimados, que levam em consideração o custo base de restauração e desmobilização das áreas exploradas. No exercício de 2025, a Companhia revisou as premissas utilizadas na formação dos gastos estimados para o desmantelamento dos parques, alinhando as projeções de mão de obra, materiais e serviços às especificidades de cada região do Brasil. Adicionalmente, a Companhia estendeu o prazo estimado para execução desses gastos em aproximadamente 1 (um) ano e 6 (seis) meses. O valor da obrigação é descontado ao valor presente utilizando uma taxa nominal atíva dos impostos que reflete a avaliação atual do mercado para o valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos do passivo e é liquidado pelo desembolso de caixa referente ao fechamento dos parques eólicos e solares. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a taxa de desconto utilizada foi 13,01% e 11,62%, respectivamente. A inflação implícita foi equivalente a 3,40% em 31 de dezembro de 2025 (3,50% em 31 de dezembro de 2024). (iii) **Provisão para ressarcimento:** A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas prováveis pela energia contratual não entregue no exercício social corrente. Esta provisão é constituída considerando os valores estimados apurados pelos especialistas baseado nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia. As provisões são tempestivamente ajustadas de acordo com as novas estimativas apuradas. A realização ocorreu no primeiro ano subsequente ao quadrênio, amortizado em 12 meses conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs) da Companhia.

16. OUTROS PASSIVOS

A composição de outros passivos é como segue:

	Consolidado	Controladora
	2025	2024
Caução em garantia	9.482	5.736
Compartilhamento de custos (nota 18.3)	26.890	26.890
Uso do Bem Público - UBP	16.397	-
Bônus estratégico	3.557	-
Compartilhamento de pessoal	3.978	1.524
Entidades seguradoras	473	-
Outros	11.065	5.493
Total	72.042	39.643

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1 Capital social: O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 4.992.968 (R\$ 3.955.032 em 31 de dezembro de 2024), composta por 4.992.968,669 (3.955.033,032 em 31 de dezembro de 2024) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, cuja composição por acionistas é a seguinte:

	ON	ON %	R\$
Neoenergia S.A.	2.496.484.834	50,00%	2.496.484
Elektro Renováveis S.A.	2.496.484.834	50,00%	2.496.484
Total de ações em circulação	4.992.969.668	100,00%	4.992.968

17.2 Remuneração aos acionistas: O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do Lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio (JCP), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração aos acionistas da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	169.156	298.397
Absorção do resultado de incorporação de ativos	(29.577)	(298.397)
Lucro líquido ajustado	139.579	-
Reserva legal	(6.579)	(14.920)
Lucro líquido ajustado	132.600	283.477

Remuneração

Mínima obrigatória

Dividendos adicionais propostos

	2025	2024
Dividendos	34.121	70.869
JCP	98.479	212.608
Total	132.600	283.477

Natureza da remuneração

Dividendos

JCP

	2025	2024
Dividendos	34.121	70.869
JCP	98.479	212.608
Total	132.600	283.477

18.3 Principais transações com partes relacionadas

Item Empresa relacionada Tipo de transação

a) Neoenergia Cosern, Neoenergia Coelba, Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Elektro Redes e Neoenergia Brasília Contrato de venda de energia elétrica

b) Neoenergia Cosern, Neoenergia Coelba, Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Elektro Redes e Neoenergia Brasília Compra e venda de energia

c) Neoenergia Cosern, Neoenergia Coelba, Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Elektro Redes e Neoenergia Brasília Direito de uso de marca

d) Neoenergia Cosern, Neoenergia Coelba, Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Elektro Redes e Neoenergia Brasília Contratos de mútuos com Luzias 2 e Otitis 21

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Eduardo Capelastegui Saiz- Presidente	
TITULARES	
Fabiano Uchoas Ribeiro	Juliano Pansanato de Souza
Jorge Juan Pedron Pardo	
DIRETORIA EXECUTIVA	
Fabiano Uchoas Ribeiro Diretor Presidente	
Marcelo José Cavalcanti Lopes	Rodolfo Fernandes da Rocha
CONTADORA	
Rachel Alves Pascale CRC-RJ-Nº 115915/O-3	Luciana Maximino Maia Diretora de Contabilidade

NEOENERGIA RENOVÁVEIS S.A.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia **Neoenergia Renováveis S.A.**, sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Praia do Flamengo, 78, 1º andar, Flamengo, Rio de Janeiro-RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.227.426/0001-61, declaram que: (I) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Neoenergia Renováveis S.A. relativas ao exercício social findo em 31.12.2025; e (II) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Deloitte, relativamente às demonstrações financeiras da Neoenergia Renováveis S.A. alusivas ao exercício social findo em 31.12.2025.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2026.
Fabiano Uchoas Ribeiro - **Diretor Presidente**
Diretores
Marcelo José Cavalcanti Lopes
Rodolfo Fernandes da Rocha

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Neoenergia Renováveis S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 12.227.426/0001-61 ("Companhia"), tendo examinado as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2025, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.
Rio de Janeiro, 06 de março de 2026.
Eduardo Capelastegui Saiz - Presidente
Fabiano Uchoas Ribeiro - Conselheiro
Jorge Juan Pedron Pardo - Conselheiro
Juliano Pansanato de Souza - Conselheiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Neoenergia Renováveis S.A. - Rio de Janeiro – RJ.
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Neoenergia Renováveis S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Neoenergia Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

individuais e consolidadas: A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as *IFRS Accounting Standards*, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a

razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
Rio de Janeiro, 6 de março de 2026

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Gabriela Rocha Werberich
Contadora
CRC nº 1 RS 079489/O-4

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 27/03/2026
A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link
<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/27/RENOVAVEIS1588435227032026.pdf>
Hash: 1774570200393ea00b20834803973560e73d69bd54